

Sarney não desiste. Vai até 15 de março.

Dos planos do presidente Sarney não consta "abandonar o barco" antes de 15 de março de 1990, segundo afirmam assessores do Palácio do Planalto ao comentarem as propostas — como a do presidente Afif Domingos — no sentido de o presidente aceitar a redução do seu mandato ou tomar a iniciativa de sair antes de 15 de março do próximo ano. A propósito, o candidato do PDS, Paulo Maluf, defendeu ontem a antecipação da posse do futuro presidente da República para 15 de janeiro de 1990, baseado na tese de que o atual governo não terá credibilidade para governar por mais quatro meses depois das eleições.

O próprio presidente, em entrevista recente, considerou a idéia casuista e fora de propósito: "As regras já estão postas. Não há por que mudá-las agora". Um ministro ligado ao presidente acha que seria incoerente Sarney reduzir o seu mandato quando, durante a Constituinte, empenhou-se por estender de quatro para cinco anos o período de sua administração.

O que Sarney propõe é um governo com participação do Congresso Nacional, como já define a nova Constituição brasileira. "Ninguém precisa abdicar de suas posições políticas, nem precisa modificar suas posições eleitorais", disse o presidente, numa conversa informal com alguns jornalistas. "O Congresso Nacional, segundo a Constituição, tem poderes de Governo. Então é preciso que governe." O presidente não esconde seu descontentamento com os parlamentares que, na sua opinião, preferem a confortável posição de críticos do governo e fazem do Congresso palanques para suas campanhas eleitorais.

O último esforço para tentar alertar o Congresso do papel que desempenha atualmente aconteceu quando o presidente convocou, ainda que informalmente, o Conselho da República, do qual fazem parte ministros de Estado, os presidentes do Senado e da Câmara, além dos líderes dos partidos. De acordo com fontes do Palácio do Planalto, a convocação foi um sinal de que Sarney concorda com os esforços por um entendimento político, para administrar o final de sua gestão. Esse entendimento não passa, no entanto, por um acordo para repetir o que o seu colega argentino, Raul Alfonsín, fez ao antecipar a posse do sucessor, Carlos Menem. Na opinião do governo, as realidades do Brasil e da Argentina são distintas, e embora não alimente mais esperança de evitar altas taxas inflacionárias, Sarney acha possível "carregar a crise" até o final, sem ter de recorrer a atitudes drásticas.